

## O Programa Arte, Cultura e Cidadania - Cultura Viva: diálogos no tempo

Lia Calabre<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v14i26.60952>

**Resumo:** No presente artigo pretendemos revisitar o Cultura Viva a partir de alguns aspectos considerados como os diferenciais do Programa, que permitiram a interação e a integração de diferentes agentes e atores culturais ao longo do território brasileiro - em geral de territórios e segmentos pouco atendidos pelo Estado. As redes e teias que foram sendo tecidas nos encontros e desencontros do programa nessas quase duas décadas de existência do mesmo, contribuíram muito para uma articulação potente que cumpriu um papel fundamental no momento da emergência sanitária, do Covid 19.

**Palavras-chave:** Cultura Viva; políticas públicas de cultura; participação social; pontos de cultura.

### El Programa Arte, Cultura y Ciudadanía – Cultura Viva: diálogos en el tiempo

**Resumen:** En este artículo pretendemos revisitar el Programa Cultura Viva a partir de algunos aspectos considerados diferenciales del mismo. Estos permitieron la interacción y la integración de diferentes agentes y actores culturales en todo el territorio brasileño, generalmente en territorios y segmentos poco atendidos por el Estado. Las redes que se tejieron en los encuentros del programa a lo largo de casi dos década de su existencia contribuyeron, em gran medida, a una importante articulación que jugó un papel fundamental en el momento de la Covid 19.

**Palabras clave:** Cultura Viva; políticas culturales; participación social; puntos de cultura.

### The Program Art, Culture, and Citizenship - Cultura Viva: Dialogues Across Time

**Abstract:** In this article, we intend to revisit Cultura Viva from some aspects considered as the differentiators of the Program, which allowed the interaction and integration of different cultural agents and actors throughout the Brazilian territory—generally from areas and segments underserved by the State. The networks and webs that have been woven in the encounters and disconnections of the program over almost two decades of its existence have greatly contributed to a powerful articulation that played a fundamental role during the sanitary emergency of Covid-19.

**Keywords:** Cultura Viva; cultural public policies; social participation; cultural points.

---

<sup>1</sup> Doutora em história. Docente junto às pós-graduações PPCult-UFF; PPGMA-FCRB, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: [liacalabre@gmail.com](mailto:liacalabre@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0002-7586-7210>

## O Programa Arte, Cultura e Cidadania - Cultura Viva: diálogos no tempo

O Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva, está quase completando 20 anos e podemos dizer que sem perder seu potencial inovador. O programa manteve sua maior riqueza, o principal diferenciador, que é, exatamente, o de chegar a segmentos da população, que ainda hoje, não acessam recursos públicos ou, quando o fazem, é sempre de forma esporádica. O desenho do Programa, hoje uma Política, ainda se mantém causando incômodos e estranhezas aos órgãos de controle sobre o uso dos recursos públicos (nos diversos níveis de governo), assim como, em analistas de políticas públicas que esperam encontrar ações padronizadas e homogêneas, quando se trata de implementação de políticas públicas.

No presente artigo pretendemos revisitar o Cultura Viva a partir de alguns desses diferenciais do Programa, que permitiram a interação e a integração de diferentes agentes e atores culturais, ao longo do território brasileiro, em geral oriundos de territórios e segmentos pouco atendidos pelo Estado. Entre esses

diferenciais está também o fato de que o Cultura Viva chegou a extrapolar as fronteiras do país, em um processo de contaminação positiva, dando origem a uma articulação maior que se materializa no Programa IberCultura Viva. Tendo em vista as próprias limitações de um artigo, esse olhar, aqui proposto, pretende manter um sintético diálogo com as especificidades dos tempos transcorridos, nesses quase vinte anos, sem a pretensão de esgotar tais questões. As redes e teias que foram sendo tecidas nos encontros e desencontros do programa nessas quase duas décadas - não podemos esquecer dos momentos de crise -, contribuíram muito para uma articulação potente que cumpriu um papel fundamental no momento da emergência sanitária, do Covid 19.

No relatório de avaliação do Programa, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

em 2009<sup>2</sup>, logo na página nº 7, na parte da apresentação da pesquisa, há a pergunta sobre “o que é fazer política cultural”. Segundo os autores do relatório, essa não é uma pergunta retórica, ao contrário, é necessária para que se possa estabelecer as especificidades do Programa Cultura Viva (como é conhecido) e por conseguinte produzir uma avaliação adequada.

Partindo dessa provocação presente no relatório do IPEA, para começar o diálogo aqui proposto, vou recorrer a algumas reflexões de Víctor Vich, professor, pesquisador e gestor peruano. Em sua obra *Desculturar a Cultura* que tem como subtítulo “A gestão cultural como forma de ação política”, Vich nos traz uma série de elementos que podem contribuir para a elaboração de uma resposta mais qualificada para a pergunta acima colocada. Isso sem deixar de remarcar que estamos trazendo reflexões publicadas em 2014, para responder a uma pergunta elaborada em 2009 que, mesmo tendo sido feita há mais de uma década, não cessou de ser repetida por

aqueles que pensam as políticas públicas em moldes padronizados e homogêneos, afirmando que estas devem gerar resultados claramente quantificáveis, em um modelo avaliativo pouco adequado ao campo da cultura. Segundo o Víctor Vich: “En primera instancia, construir políticas culturales implica constatar la falta de fomento, la desigualdad en el acceso y la necesidad de generar mecanismos que permitan un mayor intercambio de capitales simbólicos”. (VICH, 2014, p. 14) Seguindo com sua análise, o autor chama a atenção de que contemporaneamente, as experiências que vieram sendo construídas na América Latina, geraram a percepção de que há uma efetiva necessidade de se entender e de praticar as políticas culturais “como dispositivos para activar nuevos procesos sociales” (*Idem*, p. 16)

Não podemos deixar de assinalar que nessa terceira década do século XXI, temos vivenciado inúmeros ataques a liberdade, aos direitos, e a democracia em si mesma, no caso do Brasil vivemos uma verdadeira “guerra

---

<sup>2</sup> A pesquisa, que gerou a avaliação contou, além da equipe do IPEA, com uma equipe da Fundação Joaquim Nabuco e com alguns

professores, pesquisadores e gestores, entre eles eu mesma.

cultural”, onde a disputa pela conquista dos imaginários sociais pela extrema direita foi - e continua - intensa.

Retornando a Vich, buscando construir uma resposta para a questão: “o que é fazer política cultural?”, dentro dos princípios democráticos, de garantia de direitos, temos a afirmativa de que:

Una política cultural verdaderamente democrática debe proponerse abrir espacios para que las identidades excluidas accedan al poder de representarse a sí mismas y de significar su propia condición política participando como verdaderos actores en la esfera pública. Es decir, las políticas culturales deben intentar hacer más visibles aquellas estructuras de poder que han impedido que muchos grupos humanos puedan participar y tomar decisiones en la vida pública. (VICH, 2014, p. 89)

Quando, em final dos anos 1980, Néstor García Canclini forjou o conceito (ou noção como preferem alguns) de políticas culturais, um dos princípios dessa política deveria ser a construção integrada, com a participação do poder público e da sociedade civil, em um caminho de mão dupla, com o objetivo de responder, de satisfazer as

necessidades dessa população. Entretanto em uma sociedade na qual as estruturas hierárquicas, oriundas dos tempos coloniais, mantiveram-se ativas, onde uma série de identidades permaneceram subalternizadas, como participar das decisões da vida pública? Como contribuir na elaboração de políticas públicas de cultura? Historicamente, diversas camadas da população se mantiveram por longo tempo despossuídas de direitos no campo da participação política. Não detinham o direito à cidadania efetiva.

Ao olharmos para a luta pelos direitos políticos, verificamos que somente ao longo do século XX, os grupos foram, gradativamente, obtendo o direito ao voto. Ou seja, ainda que já em pleno regime republicano, o país tardou muito a garantir ao conjunto da população o direito democrático do voto. Ao longo do século XX, o único direito no campo da construção das políticas era o de, teoricamente, escolher aqueles que os representariam no poder<sup>3</sup>. Foi com a Constituição de 1988, com o

---

<sup>3</sup> Isso porque a relação efetiva entre representantes e representados, quando se trata das camadas populares e periféricas fica, na maioria das vezes, restrita ao momento da

busca dos votos. Após às eleições esses segmentos seguem “esquecidos” por esses políticos.

estabelecimento dos conselhos de políticas públicas democráticos e paritários, que teve início um processo de participação mais efetiva na construção das políticas públicas. No caso da cultura, essas experiências datam somente da primeira década do século XXI e ainda estão sendo lentamente experimentadas.

Marilena Chauí, ao tratar da questão da cidadania cultural<sup>4</sup>, lista uma série de princípios que expressavam o que a secretaria de cultura de São Paulo, na sua gestão (1988-1992), deveria considerar e garantir como direitos. Entre eles estava o “de participar das decisões quanto ao fazer cultural” (CHAUÍ, 2006, p. 70). Segundo Chauí, para implementar a proposta de cidadania cultural era preciso trabalhar com uma definição de “política da cultura pelo prisma democrático e, portanto, como direito de todos os cidadãos, sem privilégios e sem exclusões” (Idem. P. 72), assim como praticar:

- uma concepção alargada de cultura, que não a identificasse com as belas-artes, mas a apanhasse em seu miolo antropológico de elaboração coletiva e socialmente

diferenciada de símbolos, valores, ideias, objetos, práticas e comportamentos pelos quais uma sociedade, internamente dividida e sob a hegemonia de uma classe social, define para si mesma as relações com o espaço, o tempo, a natureza e os humanos. (CHAUÍ, 2006, p. 72)

Colocando em diálogo as reflexões de Chauí e de Vich, podemos pensar as políticas culturais como espaço que permite aos cidadãos a construção de novas imagens sobre si mesmos, libertando as práticas culturais locais dos olhares colonizadores, que historicamente as subalternizam. As políticas culturais tem potencial transformador quando são direcionadas a fomentar e reconhecer a diversidade cultural, em especial ao que é produzido nos territórios e por grupos considerados periféricos, propiciando um novo olhar sobre si mesmos. Como afirma Vich: “Construir un proyecto relevante de política cultural implica, em especial, activar la producción de nuevas identificaciones imaginarias” (VICH, 2014, p. 92).

O Programa Cultura Viva, historicamente, vem atuando no

<sup>4</sup> Segundo a autora, esse artigo foi originalmente em 1992.

sentido de ativar a produção de novos imaginários, de novas identificações culturais. É importante destacar que ele foi potencializado por um conjunto de outras políticas dos governos Lula (2003-2010), como a de cotas nas universidades, a do reconhecimento das terras e direitos quilombolas ou a ampliação da demarcação das terras indígenas, entre outros. Dentro de uma conjuntura que buscava a construção e o fortalecimento de novas identidades culturais, o Cultura Viva cumpriu um papel fundamental através de iniciativas como a Ação Griot, os Pontos de Memória ou os Pontos de Cultura Indígena. Em momentos de retração da política, suas redes serviram como pontos de resistência ao desmonte completo das políticas democráticas e de justiça social, que vieram sendo construídas na busca de sanar a dívida história da sociedade brasileira como um todo com diversos de seus segmentos.

### **Cultura Viva: Revisitando o tempo e a trajetória**

Na abertura do Catálogo do Programa Cultura Viva, publicado em 2005, Célio Turino define o Cultura Viva como um “programa de acesso aos

meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, cujos parceiros imediatos são agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais que percebem a cultura não somente como linguagens artísticas, mas também como direitos, comportamento e economia”, afirmando que é preciso transformar o Brasil e para isso “é preciso ir além de uma política de Estado, afinal, o Estado ainda é de tão poucos” e conclui que “é preciso transformar o Cultura Viva em política pública efetivamente apropriada por seu povo”. (BRASIL, 2010, p. 32-33)

A construção do Programa Cultura Viva, principalmente em seus primeiros anos foi muito potente no acionamento de novos imaginários, na ideia de redescoberta do Brasil. Os discursos, os documentos e escritos desse tempo, em geral, são poéticos e criativos, em sua maioria provocam, incitam, convocam a sociedade civil, os agentes culturais, os pontos de cultura, a cumprirem um papel transformador. É muito interessante a reflexão proposta pelo Célio Turino, de que para transformar o Brasil é necessário ir além de uma política de Estado, por ser a estrutura de Estado vigente excludente, oligárquica, autoritária e

discriminadora. Enquanto no conjunto das outras políticas o discurso vai no sentido de transformar as políticas culturais de governos em políticas de estado, tentando evitar, assim, o constante desmonte ao qual são submetidas as políticas públicas, a aposta que está na base do Cultura Viva é a de uma transformação maior do país, para que o Estado seja de todos, ou seja, há a necessidade de se produzir uma nova cultura política. O Programa propõe a criação de novos imaginários, alicerçada em novas relações que o Ministério da Cultura buscava estabelecer com a sociedade em geral e com os agentes culturais em especial.

Em 2005, em um de seus discursos, o então Ministro da Cultura Gilberto Gil, enumera alguns dos objetivos do Programa Cultura Viva

O programa Cultura Viva foi concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural, tendo por base de articulação os Pontos de Cultura. (...) O Ponto de Cultura expressa a intenção de construir uma rede horizontal de articulação e disseminação de iniciativas e vontades criadoras; é uma pequena marca, um sinal, uma referência, e ao mesmo tempo uma plataforma." (GIL *apud* ALMEIDA; ALBERNAZ; SIQUEIRA, 2013, p. 330)

Olhando a trajetória daqueles inúmeros fazedores de cultura, que orgulhosamente se apresentavam como “ponteiros”, nome que se passou atribuir aos gestores e integrantes dos Pontos de Cultura, podemos verificar que tais objetivos foram sendo razoavelmente cumpridos. A rede se expandiu, gerando algumas redes secundárias, como a dos pontos de cultura rurais em alguns estados. Ou ainda, formando redes estaduais e municipais, a partir da descentralização do Programa. Essa se dá com o repasse de recursos e gestão do programa para estados e municípios. Parte das redes secundárias seguiram organizando e participando de encontros locais, similares ao nacional – as Teias -, assim como se mobilizando pela manutenção do programa pelos governos, mantendo-se em diálogo com os diversos níveis do poder público. Também devemos ressaltar que as redes se mantiveram mais ativas e com uma participação numericamente maior nos momentos de crise do próprio programa, como quando da busca de soluções para os problemas das prestações de contas,

atrasos de repasse de recursos, entre outros.

Antes de seguirmos pelo caminho da potência dos discursos é preciso fazer um parêntesis, lembrando que as propostas de novas formas de atuação do Estado em relação à sociedade civil não eram - e ainda não são - bem compreendidas pelo conjunto da burocracia do Estado. Ao longo da história da administração pública, as áreas de governo construíram grande parte dessa estrutura de políticas públicas para atender as elites, as oligarquias, e, para a população em geral, sobravam as ações assistencialistas. A conquista de direitos básicos se deu à custa de muitas lutas. Com o campo da cultura não seria diferente. As resistências de diversas áreas aos projetos de ampliação do leque de "atores sociais" a serem atendidos pelas políticas culturais se fizeram imediatamente presentes (dentro e fora da burocracia). Tais resistências dificultaram os desdobramentos do Programa, muitas vezes criminalizando e penalizando instituições da sociedade civil a partir do recebimento e uso dos recursos públicos.

As dificuldades vivenciadas pelos Pontos de Cultura não é tema desse artigo, mas é importante deixar registrado que muito do que foi proposto nos primórdios do Programa, vinte anos depois, ainda é plataforma de luta no campo das políticas culturais. Célio Turino, no mesmo artigo, de 2005, acima citado, nos informava que: "Na partida evitamos uma estrutura fortemente institucionalizada e hierarquizada, pesada na forma de gestão e controle, muito comum na burocracia pública." (BRASIL, 2010, p. 34) Isso não impediu problemas, bloqueios e penalizações impostas aos beneficiários do Programa pelos órgãos de controle. Os mecanismos de entrada no Programa foram sendo simplificados, mas ficaram longe ainda de serem efetivamente democráticos, tendo em vista a realidade social. A complexidade e a rigidez da aplicação dos processos de prestação de contas destoavam do espírito de autonomia e liberdade do Programa. Todo o tempo trataram os grupos sociais historicamente subalternizados e excluídos de cidadania plena, com mais rigidez, do que integrantes da área industrial, por exemplo, quando são subsidiados com verbas públicas e

muitas vezes anistiados de suas dívidas com o erário público. Alguns problemas começavam ainda na abertura das contas bancárias e seguiram ao longo do caminho em uma infinidade de direções.

Retomando o fio do potencial discursivo do Programa, em 2004, o Ministro Gilberto Gil afirmava que:

O Programa Cultura Viva é, sobretudo, uma política pública de mobilização e encantamento social. Mais que um conjunto de obras físicas e equipamentos, ele envolve a potencialização das energias criadoras do povo brasileiro. Não pode ser considerado um simples 'deixa fazer', porque parte de uma instigação, uma emulação, que é o próprio do-in antropológico, mas os rumos, as escolhas, as definições ao longo do processo, são livres. E os resultados imprevisíveis. E provavelmente surpreendentes." (BRASIL, 2010, p. 37)

O Programa foi crescendo com base em um processo de diálogo entre o governo e os fazedores de cultura, a partir dos insumos que foram sendo produzidos e do potencial que emergia do campo cultural. A Ação Griot, por exemplo, foi uma modalidade surgida a partir da experiência bem sucedida de um ponto de cultura do primeiro edital. Quando o Ministro Gil afirmou, na citação acima, que o Programa não poderia ser considerado um "simples

deixar fazer", ele estava embasado pela ideia de que o Cultura Viva se transformaria no "meio de ligação entre as ações do poder público", - como garantidor dos meios de fruição, produção e difusão cultural – "e as ações da própria comunidade;" assim como seria, "o meio de ligação entre as ações culturais das diversas comunidades articuladas" através do trabalho em rede. (GIL *apud* ALMEIDA; ALBERNAZ; SIQUEIRA, 2013, p. 330)

Ao buscar inverter a lógica da aplicação dos escassos recursos orçamentários o Ministério da Cultura, passou a se empenhar em atender áreas periféricas que nunca foram atendidas, tornando-se alvo de críticas, dentro do próprio setor cultural. Tais críticas partiram, principalmente, de artistas consagrados, de reconhecimento nacional e internacional. Em uma entrevista concedida a revista Carta Capital, em 2006, em que o tema eram as políticas que estavam sendo implementadas, o Ministro Gil, afirma sobre as críticas recebidas:

Acho que tem a ver com a discriminação positiva, digamos assim, que estamos tentando fazer, focando áreas que não eram focadas e, portanto, estabelecendo um conflito distributivo com esses

setores. É um conflito que não existia nessa intensidade antes, porque eles tinham acesso aos recursos que estão sendo redistribuídos. Estamos tentando trabalhar com um pouco mais de atendimento periférico, com os Pontos de Cultura, as políticas para museus que estamos descentralizando. (GIL *apud* ALMEIDA; ALBERNAZ; SIQUEIRA, 2013, p. 107)

O Programa Cultura Viva, pode ser pensado como uma política através da qual foram feitos os primeiros experimentos de descentralização de recursos para estados e municípios em diálogo com a sociedade civil. A dimensão nacional que o Programa alcançou, o crescimento numérico dos pontos, passou a dificultar tanto o acompanhamento das atividades, quanto o conhecimento das múltiplas experiências realizadas, ou ainda, o mapeamento da riqueza e da diversidade de atividades desenvolvidas. Nos anos de 2007 e 2008, houve o esforço de realização de uma pesquisa censitária sobre o Programa. O Ipea, foi contratado para a realização de tal pesquisa. O corpus original era de 526 pontos conveniados até dezembro de 2007, mas ao final

somente 386 foram considerados.<sup>5</sup> Os Pontos estavam localizados em 203 municípios distribuídos por todas as Unidades da Federação. O processo de descentralização de recursos para estados e municípios do Cultura Viva já tinha início naquele momento, de alguma maneira antecipando os mecanismos que estavam sendo projetados para o funcionamento do Sistema Nacional de Cultura, aprovado somente em 2012.

O potencial de articulação e de representação do Programa estava institucionalmente assentado em dois mecanismos. 1 - A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, a principal representante dos pontos nos fóruns e encontros regionais, órgão de diálogo constante com o Ministério. 2 - O Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, criado na Teia de 2007, definido como instância política dos Pontos de Cultura. O Fórum:

...reúne representantes dos fóruns estaduais, das ações nacionais, além das áreas temáticas e redes que compõem o programa Cultura Viva. Tem como objetivo fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, fomentar a construção de marcos legais que reconheçam a autonomia e o protagonismo

<sup>5</sup> Dos pontos apresentados pelo MinC como conveniados: 7% estava com atividades suspensas, 5% não havia iniciado as

atividades, 4% estava desativado e 1% havia concluído o convênio. IPEA. 2010. P. 64

cultural do povo brasileiro, e debater os avanços e os desafios na gestão compartilhada do programa Cultura Viva. (IPEA, 2010, p. 43)

Os debates políticos nas duas instâncias de representação eram intensos, fortalecendo o projeto de uma gestão participativa, com uma presença mais efetiva dos agentes da sociedade civil. Havia uma articulação constante, fazendo na prática a agitação cultural” a que o Ministro Gilberto Gil havia se referido anos antes.

Com o fim do governo do Presidente Lula, ocorreram algumas mudanças na gestão do Ministério da Cultura. A Presidenta Dilma nomeou Ana de Holanda como a nova chefe da pasta da cultura. A primeira gestão do MinC (2011-2012) no governo Dilma, em especial, configurou-se discursivamente em oposição a grande parte das ações implementadas nos oito anos anteriores. No caso da manutenção do diálogo com a sociedade civil, este foi conduzido de maneira muito particular a partir de cada uma das áreas do MinC. Por exemplo, logo no início da gestão a Ministra fundiu a Secretaria de Identidade e Diversidade (SID) com a Secretaria da Cidadania Cultural

(SCC), criando a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC). A nova secretaria iniciou a gestão já com muitos conflitos com os Pontos de Cultura, travando muitas discussões com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. A crise foi sendo aprofundada e teve como desdobramento a substituição da secretária da pasta. Com a posse de uma nova secretária os diálogos com os integrantes do Cultura Viva foram sendo retomados lentamente.

E aqui uma observação se faz importante. A crise de gestão e de relacionamento com o poder público federal e os atores envolvidos no processo e representados pela Comissão Nacional de Pontos de Cultura foi sendo intensificada, ao mesmo tempo em que o programa aumentava sua escala nacional. Nos dois últimos anos do governo Lula, com a gestão do Ministro Juca Ferreira, o Ministério havia acelerado o processo de federalização do Cultura Viva, fazendo dele a principal ação do macro programa Mais Cultura. Foram realizados convênios e repassados recursos preferencialmente para os estados, mas alguns municípios também foram beneficiados, visando

ao lançamento de novos editais. Nessa fase o Programa passou a ter parte significativa de sua gestão sob a responsabilidade das secretarias estaduais e municipais.<sup>6</sup>

Em 2010, com toda a crise interna, o Programa Cultura Viva já havia ultrapassado as fronteiras nacionais, era reconhecido internacionalmente. Desenhos de outros programas inspirados nele começavam a ser rascunhados em várias localidades da América Latina. Tal processo complexo é um interessante indicador de algumas lógicas “perversas” a que ficam submetidas às políticas públicas.

Segundo Alexandre Santini, essas redes, desde cedo, extrapolaram os limites geográficos, as barreiras territoriais, pois o primeiro contato de “agentes culturais latino-americanos com o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura foi na primeira TEIA Nacional, em São Paulo, no ano de 2006” (SANTINI, 2017, p. 143), onde vários representantes de grupos teatrais ligados a Rede Latino-

Americana de Teatro em Comunidade participaram do evento. Dentro das inovações do Cultura Viva estavam as “Teias”, encontros que deveriam ter uma periodicidade anual e reunir representantes e integrantes de todos os Pontos de Cultura, gerando maiores interações nas redes. Segundo Deborah Lima:

As Teias funcionavam como este espaço de interação entre os pontos, mas também como instância política. Afinal a Teia abriga o Fórum Nacional de Pontos de Cultura: um colegiado com um representante por cada Ponto de Cultura. No Fórum eles se reúnem em grupos temáticos de reflexão sobre o Cultura Viva e em cada um elegem os representantes a comporem a Comissão Nacional de Pontos de Cultura. A CNPdC é a responsável por fazer mediação entre Pontos e o Minc. (LIMA, 2013, p. 94)

No mesmo momento em que vários impasses dentro do governo brasileiro reduziam a capacidade de operação do Programa no âmbito do governo Federal, as relações e diálogos com o restante da América Latina se ampliavam. Segundo Albino Rubim:

muitos tiveram seus prazos de execução ampliados ou renovados.

---

<sup>6</sup> Dessa ação resultaram vários desdobramentos territoriais pois diversos desses convênios tinham uma previsão do desdobramento das ações por quatro anos e

Em contraste com a paralisia brasileira, floresceu na América Latina a partir de 2010 um movimento que foi denominado de Cultura Viva Comunitária. Já no ano de 2009, no III Congresso Ibero-Americano de Cultura, promovido pela Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), em São Paulo, aconteceram diálogos. Mas o marco inicial do processo ocorreu em Medellín, de 13 a 16 de outubro de 2010, no Encuentro de Redes Latinoamérica Plataforma Puente - 100 Organizaciones Socioculturales. (...) Neste mesmo ano, realizou-se uma marcha em Buenos Aires e a entrega na Casa Rosada de proposta de lei Cultura Viva. (RUBIM, 2017, p. 220)

Ainda que estivesse nos planos do Ministério, o Ministro Juca Ferreira (2015-2016), que assumiu a pasta da cultura no segundo governo da presidenta Dilma Rousseff, não conseguiu retomar o Programa Cultura Viva no âmbito do governo federal. O Programa seguia ativo em alguns estados e municípios, inclusive na realização dos encontros locais, das Teias regionais e temáticas. Mesmo com os convênios terminados muitas das iniciativas mantiveram o nome Ponto de Cultura, fazendo valer a chancela do governo. A articulação internacional se mantinha igualmente intensa.

A partir do golpe contra a Presidenta Dilma, em 2016, a situação das políticas de cultura, em todas as áreas, só se agravou. Uma das medidas do governo Temer foi extinguir o Ministério da Cultura. Medida revogada por conta da ampla mobilização popular que resultou em ocupação de diversos prédios e sedes das instituições do Ministério, com grande repercussão na imprensa. A recriação do MinC não impediu que o governo fosse esvaziando as ações, programas e políticas. Começam pelas trocas constantes na chefia da pasta, com sucessivas substituições daqueles que ocupavam os cargos comissionados, afetando gravemente a continuidade da implementação das políticas e das ações, mesmo as mais rotineiras. Estas seguidas de cortes orçamentários e outras estratégicas de asfixia da área.

O período que se seguiu foi muito difícil para muitos desses Pontos de Cultura. Em alguns estados o Programa foi praticamente extinto. A

Lei Cultura Viva<sup>7</sup> havia sido aprovada em 2014, mas não foi implementada. Ela foi fruto de um trabalho vigoroso de mobilização da sociedade, dos Pontos de Cultura, na busca de impedir a descontinuidade do Programa. O processo de construção da Lei teve por base a intensa mobilização e parceria da sociedade civil com o poder Legislativo, de alguma maneira demonstrando a importância da existência e da manutenção da rede de articulação entre os Pontos de Cultura.

Desde o período da campanha eleitoral bolsonarista, ficou evidente a baixa empatia deste grupo político com a área artística e cultural. Os discursos de ódio, as *fakes news* e outros ataques sistemáticos aos artistas, logo nos primeiros momentos do governo, eram indícios claros que tempos bem difíceis estavam por vir. O ano de 2019 foi bastante difícil, com bloqueio de recursos, retirada de incentivos, paralização de ações e intensa censura.

Algumas das características próprias do campo da cultura e das artes, tais como a visibilidade que parte

das ações obtém na mídia nacional e internacional, a capacidade de articulação de resistência, a habilidade de provocar deslocamentos, fizeram desse um campo de ataque sistemático dos fascistas e conservadores de todas as vertentes que compuseram esse governo. As constantes disputas para que representantes das alas mais conservadoras tivessem o controle das instituições vinculadas ao extinto Minc são reveladoras do projeto político para a cultura operado pela presidência da república e seus aliados de extrema direita.

Chegamos ao início do ano 2020 com uma epidemia de Covid 19 que assolou o mundo. Como medida emergencial, para conter o contágio, foi decretado estado de emergência sanitária. Logo, todas as atividades presenciais não essenciais foram suspensas. Várias áreas e atividades foram duramente atingidas e talvez a da cultura tenha sido uma das principais. Os trabalhadores da cultura tiveram, de um dia para o outro, todas as suas atividades suspensas. Os auxílios emergenciais inicialmente

<sup>7</sup> Ver: Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva.

propostos pelo governo federal não englobavam os fazeres culturais.

A área do executivo federal da cultura abandonou o conjunto dos trabalhadores à “sua própria sorte”. Aqui vale um destaque, o esforço de uma série de municípios e estados, alguns logo no início da pandemia, que criaram editais especiais, auxílios emergenciais, cadastro para cestas básicas, pagamento antecipado de ingressos e outras estratégias para atender os trabalhadores locais da cultura.

A situação de emergência, para a qual toda a sociedade foi levada, lançou luz sobre os diversos fazeres da cultura, recompôs muitas das antigas redes de articulação no campo da cultura, propiciou a criação de novas redes, fóruns regionais foram reativados, assim como ocorreu o ingresso de novos atores sociais nos processos de articulação em defesa da cultura. Como registrado pela Deputada Benedita e por sua equipe:

A mobilização nacional começou em março de 2020, período em que a pandemia exigiu o cancelamento das atividades com aglomeração de público. Diante disso, o setor cultural foi imediatamente impactado. Ligou-se o sinal amarelo. Começamos a receber cartas e manifestos e, com estes

materiais, passamos a elaborar o PL nº 1075/2020. A mobilização da sociedade segue até hoje e deve permanecer, cumprindo seu papel republicano e democrático. (SILVA, 2020, p. 2)

A construção da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc teve como elemento fundamental a convocação de encontros e fóruns de discussão com diversos participantes da sociedade civil dos mais variados segmentos da cultura e dos poderes públicos de estados e municípios, permitindo que o texto estivesse o mais ajustado possível aos objetivos propostos. A complexidade do setor, a diversidade de funções, atividades e áreas que ele abrange exigiu um debate ampliado com representantes de todo o país. As reuniões virtuais mobilizaram representantes dos três níveis de governo, parlamentares, ativistas, realizadores e trabalhadores dos mais diversos segmentos e regiões do país, permitindo o acompanhamento e a contribuição para a finalização do texto.

A articulação rápida e o diálogo intenso com o poder legislativo, em parte, é tributária da experiência vivenciada pelos integrantes do Programa Cultura Viva, dos gestores e

legisladores que por mais de uma década dialogaram com esse programa.

O Cultura Viva, até a implementação da Lei Aldir Blanc, era o Programa de maior capilaridade da área da cultura, promovendo a chegada de recursos para os fazedores de cultura em todas as regiões do país. Foi, e ainda é, um programa inovador, que permitiu que os recursos da cultura chegassem pela primeira vez a alguns segmentos da sociedade. Esse não é um programa de simples repasse de recursos. Ele tem em seu âmbito, como já foi dito anteriormente, o estabelecimento da rede de Pontos de Cultura e da realização de encontros regionais e nacionais – as Teias. A articulação nacional dos Pontos de Cultura, em diálogo com o poder legislativo levou a aprovação da Lei Cultura Viva. Na confecção, difusão e implementação da Lei Aldir as experiências das redes dos Pontos de Cultura tiveram um papel fundamental.

No momento atual, final do ano de 2023, assistimos à retomada do Programa Cultura Viva, com o lançamento de editais para pontos e pontões. A esperança, o anseio é que sigamos na direção de efetivar aquilo

que foi dito pelo Ministro Gil em seu discurso de 2005. Que o Programa possa;

- Promover pactos com atores sociais governamentais e não governamentais locais, visando à valorização da cultura local.
- Incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas ao processo de construção de cidadania.
- (...)
- Potencializar energias sociais e culturais, dando vazão às dinâmicas próprias das comunidades para o desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora. (GIL *apud* ALMEIDA; ALBERNAZ; SIQUEIRA, 2013, p. 229)

Ainda parafraseando o Ministro Gil, que a retomada do Programa Cultura Viva contribua para a promoção do reencantamento da sociedade brasileira, que ajude a liberar as energias positivas e potentes que permitirão que a sombra dos autoritarismos e fascismos deixe de nos assombrar cotidianamente.

## Referências

ALMEIDA Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Maurício (orgs.). *Cultura pela palavra*: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos Ministro da Cultura 2003-2010/Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

BRASIL. *Almanaque Cultura Viva*. Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MinC, 2010.

CALABRE, Lia. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. *Extraprensa*, São Paulo, v. 13, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.170903>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CALABRE, Lia. *Escritos sobre políticas culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/escritos-sobre-politicas-culturais\\_miolo2.pdf](https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/escritos-sobre-politicas-culturais_miolo2.pdf). Acesso em: 01 nov. 2023.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

GARCÍA CANCLINI, Néstor (org.). *Políticas culturales en América Latina*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

IPEA. *Avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania – Cultura Viva*. [Coord. Frederico A. Barbosa Silva, Herton Ellery Araújo e Erica Erthal Risi]. Brasília: IPEA/Dicoc, 2009

IPEA. *Cultura Viva: avaliação do Programa arte, educação e cidadania*.

[Frederico A. Barbosa Silva e Herton Ellery Araújo – organizadores]. Brasília: IPEA, 2010.

LIMA, Deborah Rebello. *As Teias de uma rede: uma análise do Programa Cultura Viva*. [Mestrado em História, Política e Bens Culturais] CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/11482>. Acesso em: 01 nov. 2023.

RUBIM, Antônio Albino Canelas.. Veredas Abertas da *América Latina*. *PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, ano 7, n. 12, out/2016-mar/2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10455>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SANTINI, Alexandre. *Cultura Viva Comunitária: políticas culturais no Brasil e na América Latina*. Rio de Janeiro: ANF Produções, 2017.

SILVA, Benedita *et al.* *Cartilha, Memória e Análise da Lei Aldir Blanc*. Brasília. S.ed. março/junho 2020

VICH, Víctor. *Desculturizar la cultura: La Gestión cultural como forma de acción política*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 2014.